

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.366 - SP (2019/0206748-8)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : LUCIANA ROCHA CAMPOS SARAPUI
ADVOGADOS : JOSÉ ANTONIO CONTEL ANZULIM - SP317906
CÉSAR ROSA AGUIAR - SP323685
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
AGRAVADO : SERV BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS
ADVOGADO : EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA - SP123199
AGRAVADO : MARIDIESEL MAQUINAS E VEICULOS LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INTIMAÇÃO PARA DAR ANDAMENTO. DESNECESSIDADE. CONTRADITÓRIO OBSERVADO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO) ajuizou execução de título extrajudicial contra LUCIANA ROCHA CAMPOS SARAPUI - ME (LUCIANA), com fulcro em cédula de crédito comercial.

Após suspensão a execução, LUCIANA opôs exceção de pré-executividade, defendendo prescrição intercorrente.

O Juízo de primeira instância rejeitou a exceção de pré-executividade (e-STJ, fl. 108).

Interposto agravo de instrumento por LUCIANA, o Tribunal paulista negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 186):

Execução - Prescrição intercorrente - Inexistência - Ausência de bens penhoráveis - Suspensão do processo, na forma do art. 791, III, do CPC/1973 - Inércia do credor não configurada - Recurso improvido.

Inconformada, LUCIANA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 202, parágrafo único, 206, § 3º, VIII, do CC/02, 267, § 1º, do CPC/73 e divergência

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que (1) houve prescrição intercorrente, em face do decurso de sete anos após o arquivamento do processo executivo; e (2) é desnecessária a intimação do credor para dar andamento ao feito.

BANCO ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 251/261).

Em juízo de admissibilidade, a presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal Bandeirante inadmitiu o apelo nobre ante a harmonia entre o entendimento firmado e a jurisprudência do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação do referido óbice.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 366/377).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) e (2) Da prescrição intercorrente

O TJSP concluiu ser imprescindível a intimação do exequente para dar andamento ao processo para que seja reconhecida a prescrição intercorrente, nos termos da seguinte argumentação:

Trata-se de execução ajuizada pelo Banco do Brasil em face da agravada, sendo certo que, diante da ausência de localização de bens da devedora, foi determinada a suspensão do processo, na forma do art. 791, III, do referido Codex.

Como é cediço, ocorrendo a suspensão da execução por ausência de bens penhoráveis, nos termos do aludido dispositivo, não é possível a fluência do prazo prescricional, salvo se o credor, no período da suspensão, for intimado a dar andamento ao feito e, mesmo assim, permanecer inerte, o que não se verifica na presente hipótese.

Dessa forma, não há que se falar em prescrição intercorrente, tal como decidido em Primeiro Grau (e-STJ, fl. 187).

Todavia, a Segunda Seção, no julgamento do REsp nº 1.604.412/SC de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, sob o rito do incidente de

Superior Tribunal de Justiça

assunção de competência, fixou as seguintes teses: 1.1 Incide a prescrição intercorrente nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do CC/02. 1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei nº 6.830/1980). 1.3. O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual). 1.4 O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.

As teses firmadas no julgamento do incidente de assunção de competência têm sido aplicadas por ambas as Turmas integrantes da Segunda Seção:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INTIMAÇÃO PESSOAL. NOVA ORIENTAÇÃO. DESNECESSIDADE. IAC NO REsp 1.604.412/SC. EFEITOS. MODULAÇÃO. INEXISTÊNCIA. TESE. APLICAÇÃO IMEDIATA. NÃO PROVIMENTO.

1. A Segunda Seção desta Corte firmou entendimento de que não há necessidade de intimação pessoal do exequente para que tenha curso a prescrição intercorrente.

2. Entendimento que tem aplicação imediata, porquanto não houve modulação de efeitos.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.769.992/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. em 19/9/2019, DJe 24/9/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PROCESSO PARALISADO POR TEMPO SUPERIOR AO DE PRESCRIÇÃO DO DIREITO MATERIAL VINDICADO.

1. Cumprimento de sentença de ação de reparação de danos.

2. Conforme consolidado pela 2ª Seção do STJ no Incidente de Assunção de Competência no REsp 1.604.412/SC, incide a prescrição intercorrente, nos processos regidos pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado.

Superior Tribunal de Justiça

3. Hipótese em que, segundo as diretrizes firmadas pelo acórdão paradigma - ressalvado o posicionamento pessoal desta Relatora -, implementou-se o prazo da prescrição intercorrente, tendo sido atendido o princípio do contraditório mediante a intimação do exequente.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.798.224/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. em 16/9/2019, DJe 18/9/2019)

Em reforço argumentativo, o posicionamento da Segunda Seção veio a confirmar o entendimento já adotado no âmbito da Terceira Turma desta Corte Superior, conforme os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NÃO CONFIGURADA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INEXISTÊNCIA DE NEGLIGÊNCIA DO CREDOR PARA PROMOÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. EXISTÊNCIA DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

2. Nos termos da jurisprudência recentemente firmada nesta Turma, nos casos de suspensão da execução por ausência de bens penhoráveis, ainda que se dispense a intimação pessoal da parte para dar andamento ao feito, deve-se intimar o exequente para se manifestar a respeito do atingimento do prazo de prescrição intercorrente (REsp 1.593.786/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. 22/9/2016, DJe 30/9/2016). Prevalece, pois, a necessidade de intimação pessoal da parte exequente, devendo ser mantida a decisão agravada.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 718.731/SP, de minha relatoria, Terceira Turma, DJe 15/12/2016)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXEQUENTE. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO RESPEITADA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Terceira Turma do STJ modificou seu entendimento para adotar a tese de que a ocorrência da prescrição intercorrente será reconhecida quando o exequente permanecer inerte por

Superior Tribunal de Justiça

prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, sendo prescindível a sua intimação pessoal prévia, bastando que seja respeitado o princípio do contraditório.

2. Inaplicável, ao caso, a Súmula 106/STJ. O prazo prescricional cuja fluência havia se iniciado com o vencimento da nota promissória não se interrompeu com a propositura da ação, pois a citação ocorreu mais de 14 (quatorze) anos após a decisão do Juiz que ordenou a sua realização. Dessa forma, quando a citação efetivamente veio a ocorrer, a prescrição já estava consumada.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.615.303/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 11/5/2017)

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. AUSÊNCIA DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INÉRCIA DO EXEQUENTE POR SETE DE ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA. SÚMULA 150/STF.

1. Controvérsia acerca da prescrição intercorrente no curso de execução de título extrajudicial.

2. "Prescreve a execução no mesmo prazo da prescrição da ação" (Súmula 150/STF).

3. "Suspende-se a execução: [...] quando o devedor não possuir bens penhoráveis" (art. 791, inciso III, do CPC/73).

4. Ocorrência de prescrição intercorrente, se o exequente permanecer inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado.

5. Hipótese em que a execução permaneceu suspensa por sete anos sem que o exequente tenha adotado qualquer providência para a localização de bens penhoráveis.

6. Distinção entre abandono da causa, fenômeno processual, e prescrição, instituto de direito material.

7. Possibilidade, em tese, de se declarar de ofício a prescrição intercorrente no caso concreto, pois a pretensão de direito material prescreve em três anos.

8. Desnecessidade de prévia intimação do exequente para dar andamento ao feito.

9. Necessidade apenas de intimação do exequente, concedendo-lhe oportunidade de demonstrar causas interruptivas ou suspensivas da prescrição.

10. "O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição" (REsp 1.589.753/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 31/05/2016).

Superior Tribunal de Justiça

11. Entendimento em sintonia com o disposto no novo Código de Processo Civil (art. 921, §§ 4º e 5º, CPC/2015).

12. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1.593.786/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, DJe 30/9/2016)

Dessarte, o acórdão divergiu do entendimento do STJ no sentido de que, suspenso o processo em virtude da ausência de bens penhoráveis, sem determinação de prazo, o lapso prescricional reinicia-se a partir de um ano após a suspensão.

No entanto, embora não se exija a intimação do exequente para andamento do processo, fixou-se a tese de que deve ser dado ensejo ao contraditório, a fim de que comprove eventual fato impeditivo da incidência da prescrição.

Da análise dos autos, observa-se que BANCO teve a oportunidade de se manifestar acerca da tese da prescrição intercorrente, ao contrarrazoar o agravo de instrumento interposto perante o Tribunal bandeirante (e-STJ, fls. 178/182).

Assim, merece reforma o acórdão recorrido, para reconhecer a desnecessidade de intimação para dar andamento ao processo. Contudo, como o acórdão havia se limitado a refutar a tese de prescrição com base na ausência de intimação para dar andamento ao processo, mister se faz a remessa dos autos ao TJSP, a fim de que analise o eventual decurso do prazo prescricional de acordo com o entendimento do STJ acerca de seu termo inicial.

Nesse sentido, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela Emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal paulista para que reexamine a tese de prescrição intercorrente em conformidade com o entendimento desta Corte acerca de seu termo inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
Relator